

# A PSICOLOGIA COM BASE FENOMENOLÓGICA

Carlos A. V. França

Faculdade de Educação-UNICAMP

## 1. PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS

Logo no início de sua obra, "Introdução à Fenomenologia Existencial", Luijpen<sup>1</sup> reporta-se ao fato de que em vinte cinco séculos de Filosofia, o que se obteve do filosofar foram inúmeros sistemas contraditórios, "não há sequer um reduzido número de proposições sobre as quais os filósofos estejam de acordo".

Exageradas ou não as afirmações de Luijpen, a verdade é que a dinâmica do pensamento humano não permite sequer vislumbrar um fim último na busca do conhecimento. É impossível imaginar um ponto final para qualquer ramo do conhecimento humano. É nesta busca interminável que os pensadores vão propondo as idéias que se complementam, se contradizem, se antagonizam com veemência.

Neste evoluir do pensamento filosófico, a Epistemologia preocupou-se sobremaneira com a relação entre o sujeito e o objeto, e o enigma do conhecimento veio sendo proposto na difícil questão de como o conhecedor conhece o cognoscível. As correntes ou doutrinas filosóficas foram se pospondo, ou se contrapondo, em relação aos elementos objetivos e subjetivos do conhecimento, ou em que medida as qualidades atribuídas ao objeto pertencem realmente ao objeto ou à mente que o percebe.

Esses questionamentos filosóficos tornaram-se preocupação também do mais recente desmembramento da Filosofia. A Psicologia assumiu em detalhes as questões epistemológicas e tem gasto com elas grande parte de suas repetidas e apuradas observações e experimentações. Os estudos piagetianos tem sido na atualidade um bom exemplo das elaborações epistemológicas ao nível da gênese do pensamento infantil.

No âmbito da Filosofia, a relação entre sujeito e objeto tem sido estudada de tal modo a se privilegiar alternadamente um ou outro pólo.

Quando se privilegiou o sujeito como o conhecedor da realidade, sendo o mundo externo um reflexo ou uma representação da consciência ou da idéia que o percebe, a atividade cognitiva para se conhe-

cer dava-se pelo subjetivismo. Nesta linha de pensamento, Foulquié<sup>2</sup>, lembrando o embaraço no qual o dualismo cartesiano pusera os filósofos, assim se expressa:

“Se a alma é essencialmente distinta do corpo e dos órgãos que nos colocam em relação com o mundo exterior, como adquirir certeza deste? Não há dúvidas que temos desse mundo representações muito nítidas... representações, porém, inteiramente subjetivas, e cuja correspondência com um objeto exterior à consciência, nos é impossível verificar, pois, encerrados em nós mesmos, não podemos atingir nenhuma realidade objetiva.”

Diferentemente, quando se privilegiou o outro pólo da relação — o objeto — este foi tido como fonte original do conhecimento, com existência independente do sujeito que percebe. O conhecimento adquirido, ou por adquirir, é de forma direta e imediata das feições e ocorrências da realidade objetiva que se propõe a conhecer. Neste caso, o sujeito cognoscente atua pelas vias do objetivismo e Prado<sup>3</sup>, ao referir-se a esta linha de reflexão, coloca-a nos seguintes termos:

“Cada coisa, entidade, qualidade, ação... que compõe o Universo e que os sentidos percebem, terá sua “idéia” e expressão verbal própria a registrá-la no pensamento. Reduz-se assim ao mínimo, se não se elimina de todo, o papel ativo do pensamento na elaboração do Conhecimento e formação dos conceitos ou “idéias” que se tornam... em simples reflexo mental mais ou menos passivo da Realidade exterior.

Não existe a intenção de aprofundar a controvérsia acima, a nível de doutrinas idealistas e materialistas, uma vez que o propósito de ter apresentado o dualismo subjetivo-objetivo era considerar que, dependendo do pressuposto epistemológico assumido, haverá uma prática correspondente para a busca do conhecimento. Adotar uma ou outra posição implica em se adotar procedimentos próprios da especulação abstrata — no que se refere ao subjetivismo — ou próprios da ação que caracteriza as operações que intervêm diretamente na realidade exterior — no que tange ao objetivismo. Além disso, as doutrinas filosóficas que se polarizaram no sujeito ou no objeto determinaram, ou determinam ainda, a direção e o modo de ação em diferentes áreas das atividades humanas, quer seja na Religião, na Educação, na Ciência e conseqüentemente na própria Psicologia. Não que se possa estabelecer uma dicotomia absoluta entre racionalismo, iluminismo, idealismo de um lado e positivismo, empirismo, experimentalismo do outro, pois estes movimentos possuem pontos que se tangenciam, que se interpenetram, entretanto, não existiu um argumento apodíctico que pusesse fim à controvérsia entre ambas posições.

A corrente fenomenológica se posicionou diferentemente. Não privilegiou o sujeito e nem o objeto, mas a relação entre ambos. Para a

Fenomenologia não se tem em conta o dualismo sujeito-objeto, ou melhor, consciência-mundo. Um é determinante do outro, pois não pode haver a consciência desvinculada de um mundo para ser percebido, nem é possível haver o mundo sem que haja uma consciência para percebê-lo. Em outras palavras, não há homem sem mundo, tanto quanto não há mundo sem homem. A relação é de mútua dependência. Relação esta que se estabelece pela **intencionalidade**.

Na obra já citada de Foulquié<sup>4</sup>, intencionalidade é termo que provém de Franz Brentano, que se utilizou do conceito de intenção dos escolásticos ("intenção" indicava uma direção do espírito para o objeto). Para Brentano, a consciência é intencional, isto é, ao invés de dirigir-se para si mesma, tende sempre para alguma coisa. Esta idéia de direcionalidade da consciência, retomada por Husserl, foi amplamente aproveitada pelos fenomenólogos, para os quais é axiomática a frase: — "a consciência é sempre consciência de alguma coisa."

A partir desta colocação, a consciência que o ser tem é sempre consciência de alguma coisa, afirma-se que ela é primordialmente uma abertura para o mundo, havendo um agir da consciência direcionada para a apreensão do objeto. Por sua vez, um objeto só pode ser apreendido em sua relação com a consciência do sujeito que o percebe. Desta forma, há uma existência intencional do objeto na consciência, ou seja, um ato de ligação entre o sujeito e o objeto. O ato sempre implica num objeto.

A intencionalidade da consciência, considerada em termos de atos, faz com que o ato consciente ponha o sujeito diante do objeto e dele tome consciência devido à referência que o ato mantém com o objeto. A apreensão do objeto é um constitutivo da "objetividade" e o ato psíquico que o identifica é caracterizado por uma "objetividade" imanente. Por objetividade aqui não se entende o termo com conotações do objetivismo, para o qual é possível a apreensão "objetiva", no sentido de que o apreendido pode ser esgotado, dito de uma vez por todas, sem resto. É entendido, isto sim, por objetividade, o fenômeno segundo o qual o objeto faz parte da "essência" da consciência. Coloca-se o termo "essência" entre aspas para, mais uma vez, fugir ao essencialismo metafísico. Por essência aqui se entende que a consciência só é consciência por existir algo que não é ela (o objeto) mas sem o qual ela não seria o que é. Neste caso, "objetividade" e existência são sinônimos, superando-se a dicotomia sujeito-objeto.

No âmbito da Psicologia, essas mudanças de pressupostos filosóficos têm ocasionado mudanças nos métodos de abordagem dos seus objetos de estudo. Na Psicologia clássica, o método introspectivo era o recurso para se estudar os conteúdos subjetivos da consciência. Contra-pondo-se a esta Psicologia da introspecção, **Willhelm Wundt**, na Universidade de Leipzig, procurou dar melhor sistematização e objetividade aos

estudos psicológicos da sensação e da percepção, com base na então, mais formalizada, ciência da Fisiologia, a qual emprestaria a respeitabilidade científica pretendida para a Psicologia.

Segundo Marx e Hillix<sup>5</sup>, Wundt, substituindo a introspecção de gabinete pela introspecção de laboratório, intenciona tirar da Psicologia sua especulação metafísica e dar-lhe o enfoque experimental desenvolvido com sucesso no seio de outras ciências naturais (Física, Biologia, Química). Desde então, a Psicologia foi ganhando seu caráter experimental e, na América, através de Cattell, Watson, Skinner (para citar alguns dos mais proeminentes) afirmou-se na cientificidade pretendida, tendo como objeto de estudo o comportamento do organismo, externo, mensurável, quantificável.

Husserl<sup>6</sup>, em sua obra "A Filosofia como Ciência do Rigor", criticou o Naturalismo que permeou tanto a Filosofia quanto a Psicologia, apontando para uma "naturalização da consciência" por se pretender equiparar ou nivelar os fatos psíquicos aos fatos naturais, explicáveis pelas categorias das ciências da natureza física. Com base nas proposições da fenomenologia de Husserl e daqueles que o sucederam (Heidegger, Merleau-Ponty etc.), é que a Psicologia, enxertada pela perspectiva fenomenológica, tenta configurar-se como ciência humana e não como ciência natural.

Não se retomará aqui a controvérsia sobre a questão de ser a Psicologia científico-natural ou científico-humana. Esta questão está muito bem dimensionada no 1º capítulo da obra de Giorgi<sup>7</sup>, "A Psicologia como Ciência Humana: uma abordagem de base fenomenológica". Portanto, retomá-la aqui, seria dispendiar esforços em relação a uma polémica já muito bem exposta por Giorgi, mormente ao nível do desenvolvimento histórico da Psicologia.

Não se considerando a-histórico, ou ingênuo em relação à Psicologia, o referido autor não deixa dúvidas quando a sua posição, em favor de uma psicologia concebida como ciência humana, quando afirma, à página 166 da obra acima citada, que toda sua argumentação tem sido no sentido de que:

"... a Psicologia não deveria ter imitado ou adaptado a práxis das Ciências Naturais. Ao invés disso, as Ciências Humanas, como grupo, e a Psicologia concebida como uma ciência humana em particular, deveriam ter buscado os fenômenos do mundo-vivido de maneira mais direta e formulado suas questões, problemas, métodos e procedimentos independente do que as Ciências Naturais estivessem fazendo. Apenas após as Ciências Humanas terem feito isso, e terem aplicado e testado os seus próprios conceitos e métodos, pode-se aproximar e verificar em que medida as Ciências Naturais têm métodos conceitos e respostas em comum.

No presente trabalho, há o interesse específico de propor a atitude fenomenológica para a abordagem de fenômenos psicológicos, sem que isto se constitua num empenho para convencer alguém de que a Psicologia deva tornar-se necessariamente fenomenológica. Além do que, para o autor deste trabalho, a investigação psicológica levada a efeito numa determinada linha, é muito mais uma questão de crença. Acredita-se com mais convicção, ainda que implicitamente, no pressuposto epistemológico que está subjacente ao método que se adotou para pesquisar. É idiossincrática a preferência por uma determinada linha de pesquisa, pelo simples fato de não existirem argumentos definitivos e irrefutáveis em relação às linhas existentes. Naturalmente que tal idiossincrasia não consegue furtar-se à influência do "zeitgeist", de fatores históricos, culturais etc.

Historicamente é compreensível que as Ciências Naturais, por serem anteriores às Ciências Humanas, e tendo obtido sucesso com o método experimental, influenciassem sobremaneira a Psicologia desde o último quartel do século passado. No entanto, o experimentalismo que predominou na Psicologia foi sendo contestado na medida em que restringia o estudo dos fenômenos psicológicos e as possibilidades de pesquisa fora do âmbito da experimentação controlada.

Além deste argumento contrário a uma maneira predominante de se fazer psicologia, pesam ainda outros argumentos no sentido de que, ao adotar o "método científico" próprio das Ciências Naturais, a Psicologia aborda os eventos com as características científico-naturais, quais sejam, empirista, reducionista, quantitativa, determinista, precisa, preditiva etc. Acusam-na ainda de que, adotando um método a priori, a metodologia utilizada direciona a pesquisa e limita o conteúdo a ser estudado. Pesa também a acusação de ter multifacetado o seu objeto de estudo em inteligência, percepção, memória, aprendizagem, emoção etc.

Toda essa argumentação, realmente, não deixa de ser questionamentos a um paradigma predominante, todavia, reflete também a prodigiosa dinâmica do pensamento humano, procurando desvendar a multiplicidade e complexidade do ser do homem do mundo.

Através dessa maneira de ver a Psicologia, é possível perceber, sem dogmatismos, que cada escola, corrente ou sistema psicológico, num dado momento, privilegiou um ou outro aspecto de estudo. Assim, a escola da Gestalt deu ênfase ao estudo da percepção; a escola psicanalítica ao inconsciente; o behaviorismo ao comportamento externo observável; a corrente humanista à auto-realização. Até mesmo o movimento existencialista influenciou a Psicologia e enfatizou a adoção de uma perspectiva essencialmente idiográfica, em contraposição às tendências nomotéticas de outras orientações.

Todavia, é importante a tentativa de deixar bem claro, tanto quanto for possível, qual a orientação que se adotou para pesquisar, quais

os fundamentos subjacentes à investigação utilizada. E a partir daí, deixar para as pessoas a preferência em continuar fazendo ou mudar sua forma de fazer ciência, evitando cair em antagonismos ou radicalismos que são desgastantes, senão prejudiciais, para uma concepção mais ampla de busca científica.

No caso do pesquisador acreditar e optar pelo pressuposto epistemológico objetivista, implica em adotar o "método científico" característico das Ciências Naturais, no qual o fato científico é aquilo que tem causalidade e possibilidade de repetitividade, controle e previsão. Algum evento que possa acontecer apenas uma única vez é considerado um incidente, mas se possui uma causalidade, se para ele é possível estabelecer uma relação de causa e efeito, então o evento será um fato para a ciência. Neste caso, existe a possibilidade de repeti-lo, e se é possível fazê-lo repetir-se, será possível controlar sua ocorrência dentro de determinadas condições, conseqüentemente, no âmbito das condições dadas, será possível prevê-lo.

Para tornar exequível tal método, configurado pela causalidade-repetitividade-controle-previsão, faz-se necessária uma metodologia adequada que, a **grosso modo**, implicaria num referencial teórico, na construção de hipóteses de trabalho, na elaboração e discriminação de variáveis independentes e dependentes, controle de condições, obtenção dos dados, análise e interpretação estatística, generalização dos resultados.

Quando o pesquisador não acreditar, ou não preferir o paradigma da psicologia científico-natural, fundamentado no pressuposto epistemológico que privilegia o objeto, é viável levar em conta alguns fatores importantes para uma pesquisa nos moldes de um paradigma mais adequado à psicologia científico-humana. Neste sentido, reportando-se a Amedeo Giorgi, Brito<sup>8</sup> apresenta, em seu trabalho de tese, um quadro em que são sugeridas algumas correções fenomenológicas a nível de alguns fatores tais como: — qualidade ao invés de quantidade; significado ao invés de mensuração; respostas intencionais ao invés de reações determinadas; observador participante ao invés de observador independente e assim por diante.

Neste caso, se for preferido o pressuposto epistemológico preconizado pela Fenomenologia, que não privilegia um ou outro pólo, mas a relação sujeito-objeto (homem-mundo), então é necessário adotar o método fenomenológico configurado pela redução fenomenológica-descrição-interpretação. Será outra, portanto, a metodologia a ser usada e com a possibilidade de estudar fenômenos diferenciados de fatos externos e controláveis. Com isto a Fenomenologia viabiliza uma nova atitude ou postura para abordar fenômenos psicológicos, conforme exposto em Martins e Bicudo<sup>9</sup>:

"A fenomenologia procura abordar o fenômeno, aquilo que se manifesta por si mesmo, de modo que não o parcializa ou o

explica a partir de conceitos prévios, de crenças ou de afirmações sobre o mesmo, enfim de um referencial teórico. Mas ela tem intenção de abordá-lo diretamente, interrogando-o, tentando descrevê-lo e procurando captar sua essência. Ela se apresenta como uma postura mantida por aquele que indaga. O inquiridor fenomenológico dirige-se para o fenômeno da experiência, para o dado, e procurar “ver” esse fenômeno de forma que ele se mostra na própria experiência... Daí a própria nomenclatura – fenomenologia – significando o discurso sobre aquilo que se mostra como é (phenomenon + logus).”

## 2. CARACTERÍSTICAS DO MÉTODO FENOMENOLÓGICO

Na sua primeira fase, a Fenomenologia do seu fundador, Edmund Husserl, esteve mais atenta aos problemas do conhecimento, na tentativa de encontrar um método e um ponto de partida para a Filosofia. Buscava um princípio de todos os princípios e propunha a Filosofia como “ciência do rigor”.

Na segunda fase da Fenomenologia de Husserl, ele próprio antecipou para aqueles que o sucederam, uma fenomenologia existencial, que nos dizeres de Resende<sup>10</sup> seria a “proposta de volta às próprias coisas entendida não mais em sentido transcendental, abstração feita da própria existência, mas precisamente como retorno ao mundo da experiência...”

O ser humano pode agir como observador de si mesmo, assim sendo, é capaz de estar atento às suas atividades, ao seu próprio experimentar. A experiência será então o resultado de uma participação efetiva numa situação determinada, dentro de um contexto real de vida, localizada no mundo. Por intermédio da intencionalidade, a experiência vincula o homem ao mundo, é a ponte de comunicação entre eles, a maneira pela qual cada um deles tem uma presença para o outro. É, em outras palavras, a vinculação da consciência à existência. Todavia, a existência, a manifestação do Ser-no-mundo, não se mostra de maneira unívoca, pois o homem, manifestando-se através de símbolos, é um atribuidor de significados que tornam polissêmica a expressão do seu existir, gerando com isto a necessidade da interpretação.

A Fenomenologia reconhece, então, que a maneira de se conhecer a experiência não pode ser a mesma pela qual se conhece a realidade física ou biológica. Faz-se necessário um método próprio que focalize a experiência vivida e sua significação, não sendo possível explicá-la por uma relação de causa e efeito, reduzindo-se a leis, princípios ou conceitos, mas somente descrevê-la na sua singularidade, tal como ela se

apresenta na consciência do sujeito que a expressa através do discurso falado, escrito, gestural etc.

Conquanto a explicação seja tida como um objetivo da ciência para clarificar as condições de ocorrência de um evento, no entender de Keen<sup>11</sup> "a explicação é um tipo especial de descrição, que descreve eventos em termos de uma seqüência causa-efeito", mas entende também que outras formas de descrever sejam importantes para dizer o que algum fenômeno significa para o homem que o interroga. Daí então, segundo o mesmo autor, o resultado deste último tipo de descrição não será "um esquema das condições necessárias e suficientes no sentido causal, e sim uma interpretação". E finaliza seu pensamento afirmando que é possível e até desejável, "querer compreender acontecimentos por razões diferentes daquela relativa ao controle sobre os mesmos".

Uma psicologia que adote a atitude fenomenológica para suas investigações, passará a ter uma definição mais abrangente que deverá ser "o estudo das relações do homem com ou no mundo" (Brito<sup>12</sup>). Por esta razão, não se restringindo somente ao estudo de comportamentos observáveis e controláveis, poderá examinar as experiências vividas e as significações atribuídas pelo experienciador. Para tanto pode adotar o método fenomenológico caracterizado pela redução-descrição-interpretação, que possibilita abordar os fenômenos psicológicos de forma peculiar, conforme explanado a seguir.

**REDUÇÃO** — não se entenda por este termo a redução naturalista, isto é, o reduzir ou restringir os eventos a leis e princípios gerais. Redução no sentido fenomenológico é um modo peculiar de prestar atenção, de ir ao fenômeno, ou, como se expressa Keen,<sup>13</sup>:

"A redução fenomenológica é uma abertura consciente e ativa de nós mesmos ao fenômeno **enquanto fenômeno**... Não queremos ver o acontecimento como um exemplo desta ou daquela teoria que possuímos, queremos vê-lo como um fenômeno por si mesmo, com sua própria significação e estrutura... A redução fenomenológica... é um procedimento planejado para nos fazer retornar à experiência vivida conforme ela é experienciada; é uma postura a partir da qual apreendemos a experiência vivida conforme ela é vivenciada."

Esta postura preconizada pela redução tem muito a ver com o lema fenomenológico de "volta às próprias coisas", e significa para a psicologia fenomenológica ir ao mundo do cotidiano onde as pessoas estão vivenciando vários fenômenos importantes em situações reais. Neste aspecto, refere-se a deixar de lado, ou em outras palavras, colocar entre parênteses, os discursos, as opiniões, juízos ou preconceitos referentes a um fenômeno, para interrogá-lo na medida em que ele se doe à consciência e possa mostrar-se tal como é.

Não que esta atitude torne o pesquisador uma "folha em branco" diante do fenômeno que interroga, ou que elimine por completo seus pressupostos ou julgamentos; apenas o torna atento para eles, constitui-se numa suspensão provisória do juízo para posterior recuperação numa perspectiva fenomenológica. A direcionalidade da sua consciência é concentrada na coisa mesma, ou seja, para o fenomenal que se apresenta à experiência como fenômeno. Fenômeno então tem o sentido daquilo que se mostra à experiência.

Na trajetória fenomenológica de ida ao fenômeno, sucedendo-se à redução, um segundo momento se faz necessário para tornar mais apurado o ver atentivamente característico do primeiro momento.

**DESCRIÇÃO** — a atitude descritiva coloca o inquiridor fenomenológico mais próximo do fenômeno na tentativa de torná-lo presente, sua finalidade é fazer com que o fenômeno se mostre o mais plenamente possível. Descrever, consistirá então, no esforço de enumerar aqueles aspectos que são imprescindíveis para se ficar conhecendo que fenômeno é este que se está investigando.

Permeia ainda na descrição, aquela postura do momento anterior atenta para eliminação do estritamente subjetivo, exclusão do teórico a priori e suspensão da tradição e da autoridade. Esse estar atento para a descrição do fenômeno é considerado por Martins e Bicudo<sup>14</sup> como que exigindo "um cuidado especial, pois é preciso que se procure identificar o fenômeno que está sendo descrito sem que se imponha algo sobre ele."

Mais do que um elenco de técnicas, de estratégias, ou mesmo de receitas previamente estabelecidas, o método fenomenológico pode ser entendido como uma postura que é uma decorrência da percepção que a Fenomenologia tem do fenômeno, qualquer que seja ele. Ora, ocorre que a Fenomenologia reconhece a inesgotabilidade dos sentidos do fenômeno, daí ela preconizar um certo perspectivismo, isto é, o fenômeno se dá a conhecer cada vez mais na medida em que mudarmos a perspectiva, o que nos fornecerá novos aprofundamentos. É aí exatamente que se encontra toda a fundamentação da interdisciplinariedade. Conseqüentemente, fechar o fenômeno numa definição é estiolar a riqueza dos múltiplos sentidos nele contidos. Por aí entende-se perfeitamente a posição anti-dogmática da Fenomenologia, qualquer que seja o teor desse dogmatismo: científico, religioso, filosófico. Isso, entretanto, não vem em nada aliviar o peso de uma criteriologia séria, segundo a qual se deve saber quais as perspectivas mais convenientes, mais relevantes na abordagem do fenômeno.

Na realidade, com a descrição pretende-se clarificar a experiência vivida, tentando tornar explícita a sua estrutura. A estrutura está implícita na experiência, conforme aponta Keen<sup>15</sup>, e neste sentido, propõe que um modo de clarificar a experiência é questionar a respeito do

que os acontecimentos significam para o experienciador, de tal forma que:

“Ao responder a essa questão, descobrimos que a experiência consciente tem uma certa estrutura. Na verdade, poderíamos dizer que a “estruturação” da experiência é a sua própria significação... já que a significação é estrutura, devemos dizer que a significação está mais ou menos implícita na experiência.”

É possível considerar essa “estruturação” da experiência como uma multiplicidade de aspectos estruturais unificados por uma ordem que estabelece a correspondência do ato intencional à situação existencial. Assim sendo, o ser humano, com sua consciência dirigida para o mundo (intencionalidade), agindo numa situação real de vida, impregna suas vivências de uma significação peculiar e que passa a integrar implicitamente a experiência vivida.

Na relação intencional do homem com o mundo, ou em outras palavras, da consciência com a existência, é que os significados pessoais vão sendo atribuídos e se incorporando ao próprio experienciar. Cabe, então, uma análise descritiva que procure tornar explícitos os significados implícitos na experiência vivida, de tal forma que o fenômeno se torne presente e possa ser interpretado.

**INTERPRETAÇÃO** — a fase interpretativa do método fenomenológico completa a trajetória da pesquisa do fenômeno que se está investigando. E parece que a necessidade de sua presença impõe-se pela própria natureza da percepção que inquiridor fenomenológico tem do real. Essa decorrência tem suas raízes epistemológicas na própria intencionalidade. Se considerar-se que a verdade só pode ser apreendida na mútua dependência, ou mútua pertença, que existe entre a consciência e o mundo, ela, a verdade, não estará só no sujeito como não só no objeto, mas em ambos. Quer parecer então que a interpretação é o caminho, laborioso sem dúvida, porém o mais seguro para que a verdade se desvele.

É digno de nota o fato de ser relativamente recente a preocupação de enxertar a interpretação no discurso filosófico, tendo ficado durante longo período adstrita às preocupações dos exegetas quando da interpretação que fizeram dos textos sagrados.

Pode-se afirmar inicialmente que há interpretação onde há símbolo. E a este dá-se uma noção bastante restrita, tendo em vista o propósito específico desta tese. No entender de Ricoeur<sup>16</sup> o símbolo seria:

“... toda estrutura de significação em que um sentido direto, primário e literal, designa, por acréscimo, outro sentido indireto, secundário e figurado, que só pode ser apreendido pelo primeiro.”

E ainda segundo Ricoeur<sup>17</sup>, a interpretação seria:

“... o trabalho de pensamento que consiste em decifrar o sentido oculto no sentido aparente, em desdobrar os níveis de significação implicados na significação literal.”

Nota-se de imediato que a referência aí parece destinar-se explicitamente aos textos, à escrita. De fato, quando se lê um texto qualquer, há obviamente um sentido direto, primário, literal daquilo que está escrito no papel. Está ali abertamente ao leitor. Mas é por detrás dessa trivialidade que se esconde o aspecto fascinante dos textos densos de sentido. É por vezes nas entrelinhas — no indireto, secundário e figurado — que o texto vai mostrar toda a força de seu sentido, tornando-se indicativo e mostrando muito mais o seu autor do que o faria o sentido direto, primário e literal. Mas por outro lado, o texto pode ser tão deficientemente escrito ou tão pobre de sentido que muito mais esconde do que revela o seu autor.

Nos textos densos de sentido, o que ocorre é que o objeto da interpretação pode e deve ser deslocado de um texto propriamente dito, para o texto primordial de todos, a palavra primeira, que é a existência humana. Esta reveste-se de todas as características simbólicas que exigem a presença da interpretação. Com a afirmação de que a existência humana reveste-se de todas as características do símbolo, propõe-se que nela há um sentido direto, primário, literal, através do qual, por acréscimo, descobrimos outros sentidos indiretos, secundários, e figurados, tão ou mais importantes, em termos de compreensão da existência, do que o sentido direto, primário e literal que nela se percebe.

Na realidade, aquilo que se fala ou se escreve sobre a própria existência é sempre um discurso de segundo grau, de segunda mão, já vem sempre com a nota de obsolescência, de defasagem. O discurso primeiro, ou a palavra primeira que “pronunciamos” é próprio fato de existir, por menos que se esteja atento a isso. Neste sentido, percebe-se o quanto é verdadeiro dizer-se que a interpretação é laboriosa, pois trata-se de buscar o oculto no patente, e este não mostra aquele em sua plenitude. Mesmo assim, é compensador o trabalho de interpretar a existência do outro, pelo fato de antes haver tentado compreendê-la, já que a interpretação, conforme encontrada em Coreth<sup>18</sup> “pressupõe uma compreensão... elaboração explícita do que foi compreendido”.

Os momentos do método fenomenológico, explanados acima, não se constituem em fases estanques, isoladas uma da outra. Configuram, no seu conjunto, muito mais uma atitude, uma postura para a investigação do fenômeno. Por outro lado, devido ao objetivo específico com que se fez a exposição do método, não se atingiu nem de longe a riqueza do pensamento fenomenológico, pretendeu-se apenas

evidenciar alguns fundamentos para uma metodologia adequada à Psicologia com base fenomenológica.

Naturalmente que existem diversas maneiras de tornar exequível esse método no âmbito da investigação em Psicologia, mas não existem "receitas prontas", pois os fenômenos psicológicos não são todos da mesma natureza, portanto, fenômenos diferenciados requerem metodologias diferenciadas para sua abordagem.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) LUIJPEN, W. **Introdução a Fenomenologia Existencial**. Trad. de Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: EPU, 1973, p. 15.
- (2) FOULQUIÉ, Paul. **A Psicologia Contemporânea**. Trad. de Haydée Camargo Campos. 4ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p. 310.
- (3) PRADO JR, Caio. **O que é Filosofia** São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 75.
- (4) FOULQUIÉ, op. cit., p. 314.
- (5) MARX, M. H. e HILLIX, W. A. **Sistema e Teorias em Psicologia**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 66.
- (6) HUSSERL, Edmund. **A Filosofia como Ciência do Rigor**. Trad. de Albin Beau. 2ª ed. Coimbra: Atlântica, 1945.
- (7) GIORGI, Amedeo. **A Psicologia como Ciência Humana: Uma Abordagem de Base Fenomenológica**. Trad. de Riva S. Schwartzman. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.
- (8) BRITO, Márcia Regina F. de. **Uma Análise Fenomenológica da Avaliação**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 1984, p. 20.
- (9) MARTINS, J. e BICUDO, M. A. V. **Estudos sobre Existencialismo, Fenomenologia e Educação**: São Paulo: Moraes, 1983, p. 10.
- (10) REZENDE, Antonio Muniz de. **Educação e Ser-no-mundo um Projeto de Fenomenologia da Educação**. Tese de Livre-docência. Universidade Estadual de Campinas: 1978, p. 8.
- (11) KEEN, Ernest. **Introdução à Psicologia Fenomenológica**. Trad. de Heliana de Barros Conde Rodrigues. Rio de Janeiro: Interamericana, 1979, p. 9.
- (12) BRITO, op. cit., p. 15.
- (13) KEEN, op. cit., p. 31/32.
- (14) MARTINS, J. e BICUDO, op. cit., p. 14.
- (15) KEEN, op. cit., p. 16.
- (16) RICOEUR, Paul. **O Conflito das Interpretações**. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1979, p. 15.
- (17) Id. *Ibidem*.
- (18) CORETH, Emerich. **Questões Fundamentais de Hermenêutica**. Trad. de Carlos Lopes de Matos. São Paulo: EPU, 1973, p. 83.